



**MARIA DO ROSÁRIO, PT, Rio Grande do Sul.**

Matéria publicada no jornal Zero Hora sobre atos de racismo praticados no campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Apoio à proposta de estabelecimento de cotas para ingresso na instituição de afrodescendentes, indígenas e alunos oriundos de escolas públicas.

Sessão 27.06.2007 / DCD 28.06.2007, p. 32223

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *Zero Hora*, em sua edição *do dia 26 de junho, na pág. 33, trouxe estarrecedora notícia: na madrugada do dia 25 para o dia 26, foram pichadas ao redor do campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS frases racistas, como, por exemplo, "Negro, só se for na cozinha do RU", "Voltem para a senzala" e "Macaco é no Zoológico".*

A razão para que tal ato, que caracteriza crime hediondo, ocorresse agora é a votação que deverá acontecer na próxima sexta-feira no Conselho Universitário - CONSUN da UFRGS acerca das cotas no vestibular da instituição. Segundo proposta da Comissão Especial do CONSUN para implantação do programa de ações afirmativas, já no próximo vestibular 10% das vagas serão destinadas aos que se autodeclararem negros e outros 10% para os estudantes oriundos de escolas públicas.

Nos 2 concursos seguintes, esses percentuais serão aumentados para 15% e 20% para cada categoria, totalizando, já no vestibular de 2010, 40% de reserva do total de vagas oferecidas em todos os cursos. Haverá também vagas para indígenas. Vale ressaltar que os índices escolhidos têm embasamento nas pesquisas de perfil étnico do IBGE.

Considerada medida de reparação, a reserva de vagas já nasce como política transitória, programada na proposta do Comissão para ser revista em 2018, em 10 anos, portanto.



No último dia 15 de junho, o Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas da UFRGS, em conjunto com outras entidades, promoveu grande ato em frente à sala dos conselhos da UFRGS, onde ocorria a sessão do CONSUN que deveria votar o projeto das cotas. Em razão de dificuldades no consenso entre os 77 membros do Conselho, a sessão foi adiada para o dia 29. Na saída, membros do Movimento Pró-Cotas fizeram um corpo-a-corpo com os conselheiros visando ao convencimento sobre a necessidade e urgência da implementação da reserva de vagas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a universidade brasileira é ainda muito excludente. Menos de 10% dos estudantes que se formam no ensino médio conseguem acessar o nível superior, sendo que, destes, apenas 30% conseguem chegar à universidade pública. De outro lado, mais de 75% da rede de ensino médio é pública, mas, no ensino superior, a maioria dos estudantes é oriunda de colégios privados, o que demonstra o quão afunilada é a chegada às universidades.

Sem dúvida, o projeto que será votado no Conselho Universitário da UFRGS representa uma forma de reparar séculos de injustiças étnicas que vêm sendo perpetradas no Brasil. E o caráter temporário da proposta demonstra que não há qualquer inferência racista, como afirmam alguns, pois não existe menção a menor capacidade para acesso via concurso, mas, sim, a constatação da enorme diferença de condições que um estudante afrodescendente tem para chegar ao ensino superior em comparação com os demais.

Universidades como a UNICAMP e a UFBA, que há vários anos implementaram cotas, fazem cair por terra também outro argumento daqueles que são contrários às cotas: o de que elas fariam diminuir a qualidade e a excelência das instituições públicas. Nas universidades citadas, os cotistas obtiveram resultados acadêmicos superiores aos dos não-cotistas, contribuindo, inclusive, para melhorar o desempenho institucional.



Manifesto encaminhado pelo Movimento Pró-Cotas ressalta:

*"No século XIX, os negros eram proibidos por lei de freqüentar as escolas. Por causa de uma política de Estado, os negros brasileiros entraram no século XX analfabetos. Isso sem abordar aqui outros artifícios que foram criados para de, uma vez por todas, negar ao negro o acesso a um mínimo de dignidade humana. Os negros saíram da senzala para formar as primeira favelas nos grandes centros do País. No mínimo, o Estado e a sociedade têm hoje a obrigação de reconstituir imediatamente à população negra o seu direito básico à educação, até porque temos essa dívida no sentido que foram eles que construíram este País, que enriqueceram com sua mão-de-obra os bolsos dessa mesma elite que hoje nem se importa com esse assunto, visto não haver negros como grandes empresários ou em altos cargos, para fazerem o contraponto a eles".*

Vinculado ao projeto, haverá um programa permanente de acompanhamento e de apoio sociopedagógico dos estudantes cotistas, o que garantirá a permanência na universidade após o ingresso.

A UFRGS poderá ser pioneira no Rio Grande do Sul no que diz respeito a essa medida, que irradiará para todos as regiões de nosso Estado políticas afirmativas que em muito contribuirão com o desenvolvimento paralelo de nossa sociedade.

Assim, esperamos que, na sexta-feira próxima, seja dado esse passo, democratizando o acesso à educação pública superior e garantindo permanência a todos que entrarem na universidade. Professores, estudantes e técnicos administrativos que participam do Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas e do Comitê Pró-Cotas vêm realizando importante trabalho nessa justa luta. E este Parlamento deverá se somar a essas iniciativas e saudar os avanços conseguidos por meio da mobilização social daqueles que sempre estiveram à margem do nosso desenvolvimento.



Dessa forma, não mais precisaremos nos fazer a pergunta que é o *slogan* da campanha na UFRGS: "*Onde está a diversidade na universidade?*", e atos como pichações racistas não passarão de tristes marcas na batalha dos que lutam por igualdade. Muito obrigada, Sr. Presidente.